

DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Dado ao TRT - 3^a Região

Pelo MM. Juiz

Carlos Denis Machado

(Obra premiada e aprovada pela Resolução Imperial de 9
de Fevereiro de 1861 para uso das aulas das
Faculdades de Direito do Recife e S. Paulo)

PELO

DR. ANTONIO JOAQUIM RIBAS

RIO DE JANEIRO

F. L. PINTO & C., LIVREIROS-EDITORES

87 Rua do Ouvidor 87

1866

INDICE SYNTHETICO

	PAG
Prologo dos editores.	V
Prefacção.	VII

TITULO I — Da sciencia do direito administrativo

CAPITULO I — DO DIREITO ADMINISTRATIVO

§ 1.º — Objecto desta obra.	1
§ 2.º — Origem historica	4
§ 3.º — Definição do direito administrativo. . . .	12
§ 4.º — Objecto de direito administrativo. . . .	18

CAPITULO II — DAS SCIENCIAS AUXILIARES E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

§ 1.º — Sciencias auxiliares em geral.	21
§ 2.º — Sciencia da administração	23
§ 3.º — Direito publico positivo.	27
§ 4.º — Direito privado.	30
§ 5.º — Fontes do direito administrativo. . . .	34
§ 6.º — Bibliographia do direito administrativo.	37

TITULO III—Da administração

CAPITULO I — DA NATUREZA E DIVISÕES DO PODER POLITICO

§ 1.º — Natureza do poder politico.	43
§ 2.º — Divisões do poder politico	49
§ 3.º — Theoria constitucional.	54

CAPITULO II — DAS RELAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO COM
OS PODERES DO ESTADO

§ 1.º — Relações da administração com os poderes moderador e executivo — governamental	58
§ 2.º — Relações da administração com o poder legislativo.	66
§ 3.º — Relações da administração com o poder judicial	78

CAPITULO III — DAS CONDIÇÕES ESSENCIAES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

§ 1.º — A unidade	83
§ 2.º — A independencia.	90

CAPITULO IV — DA NATUREZA DAS FUNCÇÕES ADMINISTRATIVAS

§ 1.º — Divisões geraes.	98
§ 2.º — Funcções directas e indirectas	99
§ 3.º — Funcções consultivas e activas.	106

CAPITULO V — DAS FUNCÇÕES ESPONTANEAS E
JURISDICCIONAES

§ 1.º — Funcções espontaneas e jurisdiccionaes, em geral.	112
§ 2.º — Funcções espontaneas.	114
§ 3.º — Funcções jurisdiccionaes	135

CAPITULO VI — CONTINUAÇÃO: — DO CONTENCIOSO
ADMINISTRATIVO

§ 1.º — Origem do contencioso administrativo. .	143
§ 2.º — Classificação das funcções administrativas contenciosas	151

§ 3. ^o — Organização da administração contenciosa em geral	160
---	-----

CAPITULO VII — DA COMPETENCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

§ 1. ^o — Competencia do contencioso administrativo em geral.	166
§ 2. ^o — Continuação: — Desclassificações	172

CAPITULO VIII — DA HIERARCHIA ADMINISTRATIVA

§ 1. ^o — 1º grão da hierarchia administrativa: — O Imperador	181
§ 2. ^o — 2º grão da hierarchia: — Os ministros e secretarios de Estado.	184
§ 3. ^o — 3º grão da hierarchia: — Os presidentes de provincia	186
§ 4. ^o — 4º grão da hierarchia: — Deficiencia de agentes directos locaes.	193

CAPITULO IX — DAS FÓRMULAS DOS ACTOS ADMINISTRATIVOS

§ 1. ^o — As fórmulas dos actos administrativos no antigo regimen	199
§ 2. ^o — As fórmulas dos actos administrativos no regimen actual.	207

CAPITULO X — CONTINUAÇÃO: — DOS DECRETOS DO PODER EXECUTIVO

§ 1. ^o — Classificação dos decretos do poder executivo.	217
§ 2. ^o — Decretos geraes ou regulamentares	228
§ 3. ^o — Decretos especiaes e individuaes.	242

TITULO III — Dos administrados

CAPITULO I — § UNICO

Dos administrados em geral.	247
-------------------------------------	-----

CAPITULO II — DOS NACIONAIS

§ 1.º — Noções geraes	252
§ 2.º — Adquisição da nacionalidade pelo nascimento.	257
§ 3.º — Adquisição da nacionalidade pela naturalização	269
§ 4.º — Perda da nacionalidade.	279

CAPITULO III — DOS ESTRANGEIROS

§ 1.º — Considerações historicas	285
§ 2.º — Direitos dos estrangeiros em geral	296
§ 3.º — Continuação : — O direito de locomoção.	305
§ 4.º — Direitos dos consules e vice-consules estrangeiros em geral.	312
§ 5.º — A arrecadação de heranças	349
§ 6.º — As convenções consulares	331

CAPITULO IV — DOS ESCRAVOS

§ 1.º — Considerações historicas.	346
§ 2.º — Origem da escravidão entre nós.	357
§ 3.º — Condição actual dos escravos	366
Indice analytico	384